



Para Cristovam, interferência de Lula prejudica o Senado

Em discurso no Plenário, Cristovam Buarque (foto) ressaltou que o presidente Lula não tem o direito de manter ou destituir o presidente do Senado. “É a perda de um poder pelo qual temos a obrigação de zelar”, observou. **3**

PT não coloca estabilidade em risco, diz Mercadante

Líder do PT observa que a governabilidade depende de maioria no Senado e “passa pelo PMDB e pelo papel de Sarney”

Em discurso que durou três horas e 20 minutos, com apartes de vários senadores, Aloizio Mercadante afirmou que o PT não pediu a renúncia de Sarney e não participará de nenhuma ação que possa desestabilizar o Senado e as relações políticas do governo com o Congresso. **4 e 5**



Com Serys e Mão Santa à Mesa, Mercadante discursa por três horas e 20 minutos: defesa da governabilidade

Mesa ressalta 36 medidas administrativas

O senador Mão Santa, na presidência da sessão de ontem, leu comunicado da Comissão Diretora que enumera 36

ações administrativas adotadas pela atual gestão em busca de maior eficiência e transparência na Casa. **3**



Valter Pereira (3º à dir.) presidiu, em Belém, audiência que reuniu parlamentares e autoridades paraenses

Restrição a carne proveniente de áreas desmatadas gera polêmica

A posição adotada pelo Ministério Público Federal do Pará de impor restrições ao comércio de carne proveniente de áreas desmatadas no estado foi debatida ontem na Assembleia Legislativa do Pará pela Comissão de Agricultura

e Reforma Agrária do Senado. Flexa Ribeiro apontou ações da organização ambientalista Greenpeace contra os produtores rurais. O senador Valter Pereira cobrou prudência por parte do Ministério Público Federal. **7**

Senadores repudiam golpe em Honduras

O Plenário do Senado aprovou ontem moções de censura e repúdio ao golpe de Estado que derrubou o presidente de Honduras, Manuel Zelaya. A situação foi debatida também na CRE. **8**

Ministro da China faz visita a Sarney

Salientando a intenção de estreitar cada vez mais as relações com o Brasil, o ministro chinês da Publicidade, Liu Yunshan, esteve ontem com o presidente do Senado, José Sarney. **8**

Parlamentares destacam papel das cooperativas

Medidas para fortalecimento das cooperativas do país foram defendidas ontem em sessão solene do Congresso Nacional pelo transcurso do 87º Dia Nacional do Cooperativismo. **2**



Osmar Dias defende um tratamento tributário diferenciado para o setor

Medidas destinadas a fortalecer o setor cooperativista brasileiro, como um tratamento tributário diferenciado, são defendidas durante sessão solene do Congresso Nacional



Na presidência da sessão, Serys Silhessarenko acompanha pronunciamento de Osmar Dias (D) em favor da atividade

Parlamentares exaltam papel do cooperativismo

A CONCESSÃO DE um tratamento tributário diferenciado para as cooperativas em todo o país, de modo a tornar essas entidades mais competitivas, foi defendida ontem por Osmar Dias (PDT-PR). O senador pediu aos parlamentares que votem, com rapidez, projeto de lei de sua iniciativa que visa implementar a medida e questionou a quem interessaria a não aprovação da proposta (PLS 3/07).

O senador foi um dos oradores da sessão solene do Congresso pelo transcurso do 87º Dia Nacional do Cooperativismo e dos dez anos de fundação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). A sessão, proposta por Osmar Dias e pelo deputado Odacir Zonta (PP-SC), foi aberta por Serys Silhessarenko (PT-MT), 2º vice-presidente do Senado.

Segundo Osmar Dias, o projeto, apresentado pela primeira vez em 1999 e depois em 2007, já foi debatido em várias audiências públicas e conta com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– A matéria já passou por quatro relatores e cada um diz enfrentar uma dificuldade. Agora, espero que o atual, senador Renato Casagrande [PSB-ES], encontre o caminho para a aprovação – afirmou ele, dizendo já ter concordado com alterações na proposta, como a possibilidade da existência de dois órgãos de representação e não de apenas um, como consta do texto original.

Osmar Dias, que integra quatro cooperativas em seu estado, destacou ainda o papel do cooperativismo para a superação da crise econômica mundial.

– As cooperativas estão sólidas, com uma gestão moderna e, com isso, conseguirão enfrentar essa crise – frisou.

Osmar observou que a atividade movimentava diretamente 2,4 bilhões de pessoas, comandadas por 800 milhões de sócios em todo o mundo e cerca de 8 milhões no Brasil. No país, o segmento responde por 254 mil empregos diretos, nas mais de sete mil cooperativas existentes.

As mais de 7 mil cooperativas do país respondem por 254 mil empregos diretos, afirma Osmar Dias

Conciliação

Em seu pronunciamento, Serys afirmou que o

Congresso prestava uma justa homenagem ao cooperativismo, iniciativa econômica que considera uma das mais brilhantes do gênero humano, cuja grande virtude, ressaltou, é seu caráter conciliador e híbrido ao reunir as contribuições dos dois modelos econômicos do século 20 – o socialismo e o capitalismo.

A senadora lembrou sua participação em debate realizado no Congresso dos Estados Unidos, em março deste ano, como chefe de uma missão de parlamentares brasileiros sobre mudanças climáticas, do qual saiu a constatação de que o cooperativismo pode ser um terceiro caminho para a Humanidade.

Presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo, o deputado Odacir Zonta disse

que essa atividade, no Brasil, tem “um modelo de inclusão social, porque o principal capital da cooperativa é a pessoa, é a família”. Os desafios são muitos, acrescentou ele, dizendo que, com a força dos associados, especialmente dos jovens e das mulheres, está sendo possível avançar para satisfazer as necessidades de todos e de cada um.

Zonta acredita que o cooperativismo representa um instrumento importante de inclusão e de desenvolvimento, visando superar o momento de crise pelo qual o mundo e o Brasil estão passando.

Para Gilberto Goellner (DEM-MT), o cooperativismo definiu uma nova maneira de pensar o trabalho e de analisar o relacionamento desse com o homem. Ele representa uma fórmula democrática de superar problemas socioeconômicos, especialmente em momentos de crise, disse.

O senador destacou que, numa cooperativa, há empresas alternativas que estão focadas não no lucro, mas nas pessoas e famílias. Elas vivem de sua atividade baseada em modelos éticos e transparentes. Segundo Goellner, o mundo está reconhecendo o potencial das cooperativas na organização de um novo modelo de desenvolvimento, uma maneira inovadora de fazer negócios, aumentando a produtividade e promovendo o bem-estar das populações.

A sessão contou com a presença do presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Márcio Lopes de Freitas; e do vice-presidente de Agro-negócio do Banco do Brasil, Luís Carlos Guedes Pinto.

Gilmar Mendes pede votação de conselheiros do CNJ e do CNMP

Em visita, na manhã de ontem, ao presidente do Senado, José Sarney, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, pediu pressa na aprovação dos candidatos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

– Ajudaria muito se o Senado deliberasse sobre a aprovação dos candidatos – disse Gilmar Mendes ao sair do gabinete de Sarney. Ele se referia à crise do Senado, que está, segundo afirmou, retardando a composição dos dois conselhos.

Em maio, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou a indicação de 12 conselheiros para o CNMP e 14

para o CNJ, nomes que deveriam ter sido votados em Plenário até meados de junho, quando terminava o mandato dos atuais membros dos dois órgãos.

Segundo Gilmar, a visita a Sarney – precedida por outra ao presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer – foi para tratar de assuntos relativos ao Judiciário, como a votação de projetos de interesse desse Poder no Congresso. Afirmou ainda que não conversou com Sarney sobre a crise no Senado.

– Essas crises devem ser resolvidas no âmbito do Senado. As crises no âmbito político são geralmente passageiras. O Brasil tem uma classe política extremamente competente.



Em encontro com Sarney (D), Gilmar trata de projetos de interesse do Judiciário

PSDB solicita a substituição dos membros de CPI

Alvaro Dias (PR), representando o PSDB, vai solicitar na próxima terça-feira a troca dos membros da CPI da Petrobras. O pedido será feito por meio de uma questão de ordem, anunciou ontem o líder do partido no Senado, Arthur Virgílio (AM).

– Alvaro Dias vai pedir ao presidente da Casa que substitua os membros da CPI que ficaram inertes e não comparecem na comissão, impedindo sua instalação – disse.

Virgílio ressaltou que, caso a Mesa não atenda à solicitação, o partido entrará com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF). A seu ver, o que vem ocorrendo na CPI “é uma aberração, por meio da qual a maioria impede que a minoria exerça seu direito de fiscalização”.

Paim: governo fará proposta sobre aposentados

De acordo com Paulo Paim (PT-RS), o líder do governo na Câmara, deputado Henrique Fontana (PT-RS), garantiu que o governo vai apresentar, na primeira quinzena de agosto, “uma proposta concreta” sobre o projeto que acaba com o fator previdenciário e sobre o que estende os reajustes do salário mínimo às aposentadorias e pensões do INSS, ambos em tramitação na Câmara.

– Não havendo entendimento, os projetos irão à votação ainda em agosto – disse Paim.

A comunicação, segundo o senador, foi feita durante reunião entre Fontana; o líder das minorias na Câmara, Otavio Leite (PSDB-RJ); os senadores Mário Couto (PSDB-PA), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Ideli Salvatti (PT-SC); e 18 presidentes de federações de aposentados.

Casagrande prepara relatório instituindo lei geral

Durante a sessão solene do Congresso Nacional, o senador Renato Casagrande disse que o cooperativismo é um dos meios mais apropriados para que o Brasil tenha um novo modelo de desenvolvimento no qual o ser humano seja o centro dos debates. O parlamentar anunciou que está concluindo relatórios sobre duas propostas que deverão resultar na Lei Geral do Cooperativismo. Admitiu, no entanto, que ainda não existe consenso com relação ao chamado ato cooperativo.

Eduardo Suplicy (PT-SP), que

é autor de projeto (PLS 153/07) que dispõe sobre as sociedades cooperativas, disse acreditar que está próximo o entendimento para que seja aprovada uma nova legislação sobre as sociedades cooperativas.

Já Valdir Raupp (PMDB-RO) salientou que o cooperativismo é forte instrumento na luta contra o desemprego. Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), a atividade é o caminho natural para que o país se desenvolva com maior rapidez.

O senador Marconi Perillo (PSDB-GO) lembrou que em Goiás

essa forma de produção é a principal responsável pelo bom desempenho da economia do estado. Marcelo Crivella (PSB-RJ) considerou o cooperativismo núcleo gerador de emprego.

Por sua vez, o presidente da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Márcio Lopes de Freitas, afirmou que o apoio recebido na sessão do Congresso o impulsiona a continuar trabalhando para que o movimento cooperativista continue crescendo e alcance novos espaços, inclusive dentro do Congresso.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de parlamentares e leitura de expediente. Entre os inscritos, estão os senadores Marco Maciel (DEM-PE), João Pedro (PT-AM) e Papaléo Paes (PSDB-AP).

Cristovam: interferência de Lula "desmoraliza" o Senado

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou ontem, em Plenário, que a crise institucional do Senado está desmoralizando a ideia de "fundo do poço". A cada denúncia que surge, assinalou, se pensa que a instituição chegou ao fundo do poço, mas logo se descobre que há, ainda, um outro andar embaixo. O senador disse ter percebido que o fundo está ainda mais abaixo ao ler na imprensa que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teria telefonado, do exterior, ao presidente do Senado, José Sarney, pedindo a este que não se afastasse do cargo.

Cristovam ressaltou que Lula não tem o direito de manter ou destituir o presidente da Casa. O senador considerou essa atitude do chefe do Executivo como uma intervenção no Congresso, acrescentando que José Sarney deveria ter tomado uma posição firme contra esse tipo de interferência.

– Pior ainda: o que os jornais de hoje dizem é que o presidente Sarney afirmou a diversos senadores que não se afastará do cargo porque tem um compromisso com o presidente Lula. Desculpem-me, mas presidente do Congresso não tem compromisso com o presidente da República; o presidente do Congresso tem compromisso com o Congresso e com o povo inteiro.

Para Cristovam, a interferência do Executivo na crise representa "a desmoralização mais completa do Poder fundamental da República, que é o Congresso".

O parlamentar disse acreditar que essa questão é até

mais grave que os problemas relativos a atos secretos e passagens aéreas e vai além do beneficiamento de parentes.

– Essas coisas são visíveis, indignas, têm que ser paradas, mas eu queria alertar, pedagogicamente até, que o mais grave de tudo é a desmoralização do Congresso. É a perda de um poder pelo qual temos todos a obrigação de zelar – destacou.

O senador voltou a defender o afastamento de Sarney. Em sua avaliação, seria do interesse do presidente da Casa deixar claro para a população que as denúncias que pesam sobre o Senado serão apuradas sem nenhuma interferência.

– Para limpar o seu nome, para que a apuração seja feita, é do interesse do presidente Sarney que ele esteja fora da Presidência. Eu acredito que ele não vai se imiscuir nas apurações,

mas na opinião pública vai pesar como se ele tivesse influenciado – disse Cristovam.

Falando em seguida, o 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI), salientou que Cristovam estava dando a impressão de ter perdido o apreço pelo Senado e por seus companheiros.

Heráclito lembrou que Cristovam já havia dito que em um plebiscito o povo poderia votar pelo fechamento do Congresso.

O senador pelo Distrito Federal contestou a argumentação de Heráclito explicando que nunca pediu o fechamento e reafirmou sua defesa da importância do Parlamento para a democracia.

"Presidente do Congresso não tem compromisso com o presidente da República"



Cristovam pede licenciamento de Sarney da Presidência do Senado



Heráclito: Cristovam dá impressão de haver perdido apreço pela Casa

Agaciel Maia depõe à Polícia Legislativa sobre nomeações

O ex-diretor-geral do Senado Agaciel da Silva Maia depôs ontem à Polícia Legislativa do Senado. Ele foi convocado para explicar a nomeação da funcionária Lia Raquel Monturil Vaz de Souza no gabinete de Demostenes Torres (DEM-GO), sem o conhecimento do senador.

Segundo o diretor da Polícia Legislativa, Pedro Araújo, Agaciel disse não reconhecer sua

assinatura nos documentos de nomeação e afirmou que Lia Raquel foi designada para o Senado pelo ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi.

Pedro Araújo afirmou que será feita uma perícia nos atos de nomeação e relatou que o ex-diretor-geral fez "várias denúncias", as quais serão objeto de investigação no inquérito. Araújo não adiantou o teor delas.

Comunicado reúne 36 medidas tomadas para dar mais eficiência e transparência à gestão do Senado, que proporcionaram uma redução de 10% nas despesas da Casa

Comissão Diretora resalta providências administrativas

AO ABRIR A sessão de ontem, o senador Mão Santa (PMDB-PI), na presidência dos trabalhos, leu um comunicado da Comissão Diretora que enumera as 36 ações adotadas pela atual gestão para proporcionar maior eficiência e transparência nas decisões administrativas do Senado. As ações são as seguintes:

- 1 Economia de aproximadamente R\$ 10 milhões por ano, nos dois primeiros contratos de fornecimento de mão de obra autorizados pela atual gestão.
- 2 Mudanças na regulamentação das cotas de passagens aéreas dos senadores, com economia de 30%, restringindo a emissão de passagens ao próprio senador e a assessor por ele expressamente designado.
- 3 Nova regulamentação de uso da verba indenizatória relativa ao fretamento de meios de locomoção, ficando designado um servidor de cada gabinete como responsável pelo processo de ressarcimento, após comprovação dos gastos mediante a apresentação de notas ao órgão de controle interno.
- 4 Redução de 10% das despesas gerais do Senado.
- 5 Redução da taxa de juros dos empréstimos consignados para o patamar máximo de 1,6% ao mês.
- 6 Contingenciamento de despesas na área de saúde no valor de R\$ 25 milhões.
- 7 Redução da cota de telefones celulares dos diretores, passando de R\$ 350 para R\$ 300, no caso de detentores de função FC9, e de R\$ 300 para R\$ 250, no caso de FC8.
- 8 Restrição na impressão de material gráfico que não seja inerente às atividades parlamentares, ao Conselho Editorial e à manutenção e renovação de material de expediente administrativo.
- 9 Suspensão da participação de servidores em cursos, treinamentos e seminários realizados fora do Distrito Federal.
- 10 Corte nas comissões administrativas, reduzindo o pagamento de gratificações a diversos servidores.
- 11 Redução de 300 ramais telefônicos que permitiam ligações de longa distância e acesso a celulares.
- 12 Determinação de levantamento detalhado de todos



Mão Santa, na presidência da sessão, lê documento

os contratos de prestação de serviço com execução direta ou indireta (mão de obra terceirizada) no Senado.

- 13 Novo procedimento para as licitações dos contratos de fornecimento de mão de obra, com a adoção das instruções recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), para esse tipo de contratação, como a precedência da aprovação de projeto básico ou termo de referência.
- 14 Recolhimento diário dos veículos funcionais à disposição dos órgãos administrativos.
- 15 Extinção imediata de 11 secretarias com exoneração dos respectivos diretores.
- 16 Contratação dos serviços de consultoria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a realização de estudos que visem à racionalização administrativa do Senado, em complementação à extinção das secretarias.
- 17 Regulamentação dos critérios e dos procedimentos de registro eletrônico pela realização de serviços extraordinários.
- 18 Designação de comissão para o levantamento e a averiguação de atos e boletins administrativos sem publicação.
- 19 Adoção do sistema de compras Comprasnet, gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, possibilitando aquisições através de pregão eletrônico.
- 20 Divulgação das despesas parlamentares com verba indenizatória através da página do Senado na internet.
- 21 Estudo preliminar para a adoção do programa Gespública.
- 22 Formação de grupo de trabalho para auxiliar a

reforma administrativa a ser proposta pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), com destaque para a coleta de sugestões dos senadores e servidores, num total superior a 500.

- 23 Determinação para normalizar situações de servidores terceirizados que tenham características de nepotismo, em conformidade com a Súmula do Supremo Tribunal Federal (STF).
- 24 Inauguração do Portal Transparência com informações sobre contratos, verba indenizatória e recursos humanos do Senado.
- 25 Nomeação de novo diretor-geral.
- 26 Nomeação da nova diretora da Secretaria de Recursos Humanos.
- 27 Nomeação de novo diretor da Secretaria de Telecomunicações.
- 28 Nomeação de novo diretor da Secretaria de Coordenação de Estágios.
- 29 Nomeação de novo diretor da Secretaria de Coordenação e Execução, órgão técnico da Diretoria-Geral.
- 30 Nomeação de novo diretor da Secretaria de Patrimônio da Casa.
- 31 Nomeação de novo diretor-geral adjunto.
- 32 Instalação do Conselho de Administração, composto pelo diretor-geral, secretária-geral da Mesa, consultor-geral Legislativo, consultor-geral de Orçamentos e Controle, advogado-geral, diretora da Secretaria de Comunicação Social, diretora da Secretaria de Recursos Humanos, diretor da Secretaria de Controle Interno e representantes da Presidência do Senado e da Primeira-Secretaria. O conselho é presidido pelo diretor-geral e tem como secretário o diretor-geral-adjunto. A função do conselho é a de subsidiar a Presidência, a Mesa e Primeira-Secretaria nas questões administrativas.
- 33 Solicitação ao TCU de realização de auditoria nos contratos da Casa e na folha de pagamento, incluindo a folha de estagiários.
- 34 Sindicância destinada a apurar as responsabilidades pelos atos administrativos não publicados, com o acompanhamento do TCU e do Ministério Público Federal.
- 35 Instalação de inquérito policial, pela Polícia Legislativa do Senado, destinado a apurar denúncias apresentadas em Plenário pelo senador Demostenes Torres.
- 36 Solicitação à Polícia Federal que investigue todos os empréstimos consignados a servidores da Casa, bem como as empresas que os operaram.

Fotos de Genildo Magalhães

Proibição de dar nome de vivos a bens da União

Bens públicos pertencentes à União ou a entidades da administração indireta federal poderão não receber mais o nome de pessoa viva ou figura histórica condenada pela exploração de mão de obra escrava. Essa proibição foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto (PLS 377/05) é do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e teve relatório favorável de Gilvam Borges (PMDB-AP), com três emendas.

As alterações feitas pelo relator tiveram o objetivo de corrigir um ponto do projeto original: da forma como foi redigido, o PLS 377/05 proibia atribuir a bens públicos "nome de pessoa viva ou que tenha se notabilizado pela defesa ou exploração de mão de obra escrava, em qualquer modalidade".

Se fosse mantida essa redação, conforme o relator, a proibição se estenderia a personagens históricos que viveram antes de a escravidão ser abolida, em 13 de maio de 1888, quando não era crime ter a posse de escravos. Assim, segundo Gilvam, o projeto alcançaria personalidades que já dão nome a bens públicos, como o imperador dom Pedro II, ou que já tiveram seus nomes inscritos no *Livro dos heróis da pátria*.

A matéria será votada em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Oiapoque

A CCJ também votou projeto de lei (PLS 224/06) do senador José Sarney (PMDB-AP) que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Oiapoque, com sede no município amapaense. A relatora, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), apresentou voto, com emenda, pela aprovação da matéria, que ainda será examinada em caráter terminativo pela CE.

Ideli ressaltou que "a iniciativa vai ao encontro da política educacional adotada pelo governo federal e permite avançar na direção da ampliação da oferta de vagas no sistema federal de ensino superior".

Na justificativa do projeto, Sarney argumentou que "implantar uma universidade federal no Oiapoque é levar o progresso a uma parcela considerável do povo do Amapá, em região de enorme importância estratégica".

Em audiência na CCJ, representantes de associações do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal pedem rejeição de projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados

Criminalização de restrições a advogado sofre críticas

REPRESENTANTES DE ASSOCIAÇÕES de membros do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal pediram a rejeição do projeto que torna crime a violação a direitos e prerrogativas dos advogados, alertando para os riscos de quebra de harmonia no ambiente forense caso a matéria seja transformada em lei. O apelo foi feito ontem em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde o texto começou a tramitar, depois de aprovado na Câmara.

– O único objetivo desse projeto é criminalizar o ambiente forense e a convivência pacífica que sempre existiu entre advogados, juízes e integrantes do Ministério Público – afirmou Fernando Cesar Baptista, presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe).

Por meio de alterações no Estatuto da Advocacia, o projeto em exame prevê prisão de seis meses a dois anos para quem

praticar atos que impeçam ou limitem a atuação profissional dos advogados, causando prejuízos à defesa dos clientes. Se o ato alegado como infração resultar em prejuízo ao interesse do advogado, a pena pode ainda ser aumentada, de um sexto até a metade da previsão inicial.

Garantias

Os expositores foram unânimes em afirmar que já existem mecanismos legais e administrativos para garantir aos advogados a defesa de suas prerrogativas. Além de ações judiciais com base na Lei de Abuso de Autoridade, os prejudicados, como lembrado, podem formular denúncias às corregedorias da Justiça e do Ministério Público e fazer representações junto aos conselhos nacionais que fiscalizam e controlam a atuação dessas instituições e de seus membros.

Como solução conciliatória, o

presidente da Ajufe sugeriu a rejeição do projeto e a abertura de ampla discussão em torno da Lei de Abuso de Autoridade, com o estabelecimento de regras mais efetivas. A reforma dessa lei já estaria sendo estudada pelo governo, como informou Marcos Leônico de Souza, da Associação Nacional dos Delegados da Polícia Federal (ADPF). Para o juiz Francisco de Oliveira Neto, que representou a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), ao estabelecer como crime "violar" prerrogativas contrárias à atuação profissional dos advogados, o projeto adota termo excessivamente genérico.

Conforme o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), José Carlos Cosenzo, o governo federal é contrário à matéria e participou, de acordo com a OAB, para que a iniciativa fosse abandonada. Porém, a entidade teria descumprido o acerto.



Francisco Neto (E), José Carlos, Fernando Cesar Baptista, Demostenes Torres, Antônio Carlos Bigonha e Marcos Leônico

Wellington: ausência da OAB é "imperdoável"

O vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Wellington Salgado (PMDB-MG), considerou "imperdoável" a ausência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na audiência pública que discutiu o projeto de lei da Câmara que torna crime a violação de direitos ou prerrogativas dos advogados (PLC 83/08). O parlamentar também lamentou a decisão da entidade de só enviar na próxima semana um representante ao Senado para expressar sua posição sobre a proposta.

– Não vou chamar de des-

respeito, mas de uma consideração. A OAB abriu mão de manifestar seus pontos de vista perante os demais participantes.

Na sua avaliação, a importância do tema justificaria o envio de um interlocutor em substituição ao presidente da entidade. Sobre o adiamento da vinda à comissão, argumentou que irá frustrar o debate proporcionado pelas audiências públicas, um momento em que os senadores podem ouvir a sociedade, travar contato com os diversos pontos de vista em relação ao assunto em questão e, assim, aperfeiço-

ar suas decisões.

As críticas dos expositores ao PLC 83/08 foram reforçadas por Romeu Tuma (PTB-SP). O senador concordou com o argumento de que é desnecessária uma lei para criminalizar condutas de autoridades em razão de atos eventualmente ofensivos às prerrogativas dos advogados.

– É preciso buscar o equilíbrio entre os operadores do sistema jurídico. Não se pode impedir o acesso de advogado à autoridade que apura o fato [crime], mas acho correto o juiz dizer que não recebe [o advogado] sozinho.

Nova composição de câmaras de educação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que redefine a composição da Câmara de Educação Básica e da Câmara de Educação Superior, do Ministério da Educação. Da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), o projeto (PLS 101/06) teve voto favorável do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR).

O texto estabelece que cada uma das câmaras será constituída por 24 conselheiros. Serão membros natos, na Câmara de Educação Básica, o secretário de Educação Fundamental e, na Câmara de Educação Superior, o secretário de Educação Superior, ambos do Ministério da Educação e nomeados pelo presidente da República.

A alteração proposta por Serys dobra a composição atual das câmaras, ampliando a participação de representantes dos estados e da sociedade civil organizada. Ela pretende ainda atualizar a terminologia da lei, substituindo a expressão "secretário de Educação Fundamental" por "secretário de Educação Básica".

O projeto segue agora para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde será votado em decisão terminativa.

Proposta simplifica habilitação para casamento

Como forma de ajudar a desafogar o Judiciário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta que dispensa da homologação judicial a habilitação para casamento.

De acordo com o projeto (PLC 38/07), de autoria do Poder Executivo e já aprovado pela Câmara dos Deputados, a habilitação será feita pessoalmente perante o oficial do registro civil, com a respectiva audiência do Ministério Público. Caso haja impugnação do oficial, do Ministério Público ou de terceiros, aí sim caberá ao juiz analisar a homologação.

Atualmente, de acordo com artigo do Código Civil, a habilitação para casamento é feita perante o oficial do registro civil e, após a audiência do MP, é endereçada ao juiz para posterior homologação. O projeto segue agora para votação do Plenário do Senado.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Mão Santa • Paulo Paim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raissa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Audiência ouve MP e pecuaristas para solucionar impasse no Pará

Na Assembleia Legislativa do Pará, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado (CRA) realizou audiência sobre a posição do Ministério Público Federal (MP) no Pará, que ajuizou ações e aplicou multas contra pecuaristas acusados de desmatar e contra frigoríficos e redes de supermercados que compravam carne produzida em área de desmatamento na região amazônica.

A reunião – com os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Neuto de Conto (PMDB-SC) e Valter Pereira (PMDB-MS), presidente da comissão – começou com a participação da governadora Ana Júlia Carepa, que defendeu os pecuaristas e lamentou o fato de somente a produção paraense estar sob suspeita.

Operam no Pará 32 frigoríficos, que geram cerca de 50 mil empregos e respondem por 35% do abastecimento de carne do país. A pecuária responde por 14% da riqueza do Pará.

Flexa Ribeiro apontou a influência da organização Greenpeace contra os produtores rurais. Ele disse ainda que “há uma campanha difamatória e criminosa contra a pecuária nacional”. O senador pediu a aprovação de um projeto, já votado no Senado, que promove a regularização fundiária por meio da compensação de recomposição da reserva legal.

Valter Pereira considerou as

ações do MP “precipitadas e descabidas, tendo trazido prejuízos irreparáveis à economia do estado”. Ele afirmou que algumas propostas do termo de ajuste de conduta (TAC) estipulado pelo MP “são inaplicáveis”, como a obrigatoriedade do georreferenciamento em até seis meses a partir da assinatura do acordo.

Mas o chefe da Procuradoria da República do Pará, José Augusto Potiguar, disse que a aceitação, pelos frigoríficos e pelas fazendas, das exigências do Ministério Público contidas no TAC “é a única maneira de normalizar os negócios”. O presidente da Federação da Agricultura no Pará (Faepa), Carlos Xavier, frisou que os produtores estão cumprindo o proposto pelo MP, e que as propriedades multadas representam menos de 1% do rebanho bovino do estado.

Regularização

A governadora acenou com a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) “um instrumento, autodeclaratório, criado há um ano, já em funcionamento”. Para dar segurança jurídica a quem possui a terra, segundo Ana Júlia, foi aprovada na terça-feira a lei estadual de regularização fundiária para ordenamento das terras públicas. A referência passa a ser o Código Florestal, estabelecendo que a recuperação da reserva legal deve ser feita em 30 anos.

Em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, Paim e Nery decidem realizar dois novos debates para negociar o fim da paralisação e ouvir José Pimentel



Silberto Silva, Paim (C) e Moacir Lopes na CAS: aumento de carga horária diária é uma das principais causas do movimento

Comissão convidará ministro para debater greve no INSS

EM BUSCA DE uma solução para pôr fim à greve no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que já dura 16 dias em 20 estados e no Distrito Federal, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou ontem uma audiência. Na ocasião, Paulo Paim (PT-RS) afirmou que irá solicitar um encontro com o ministro da Previdência, José Barroso Pimentel, para discutir o assunto.

Paim acatou sugestão do senador José Nery (PSOL-PA) para que, em uma primeira reunião, examine-se a possibilidade de anulação da norma que ampliou a jornada de trabalho no INSS de seis para oito horas diárias. Em seguida, a CAS promoverá encontro com o ministro e a

Federação dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), buscando negociar o fim da greve.

Na audiência de ontem, Moacir Lopes, dirigente da Fenasps, apontou diversas dificuldades enfrentadas pela categoria, como a demora na modernização do software para atendimento aos segurados; a quantidade insuficiente de servidores para o número de agências; e a falta de condições apropriadas de trabalho, comprometendo a saúde dos servidores. “Cerca de 40% do quadro está afastado ou em tratamento”, afirmou.

Lopes criticou o ministro Pimentel por ter recorrido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)

contra a greve antes mesmo de ela ser decretada. O STJ julgou a greve ilegal. O procurador da República Peterson de Paula Pereira considerou incorreta a intervenção da Polícia Federal na abertura de agências da Previdência. Ele disse ainda que a jornada de oito horas “vem na maré contrária da qualidade do serviço prestado”.

Silberto Silva, vice-presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), assinalou que a entidade apoia a greve dos servidores, mas quer a contrapartida deles na luta por reposição de perdas salariais, reajuste integral para aposentados e pensionistas e fim do fator previdenciário.



Flexa Ribeiro, Ana Júlia, Domingos Juvenil, Valter Pereira e Neuto de Conto

Flexa Ribeiro propõe colegiado para acompanhar obras do PAC

Na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reafirmou seu intento de criar subcomissão destinada a acompanhar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para o senador, as constantes notícias de desvio de verbas e direcionamento de licitações em obras públicas justificam a instalação da subcomissão. Ele reclamou que apenas uma das obras previstas no PAC para o Pará

esteja sendo finalizada – a usina de Tucuruí. As demais, disse, nem sequer foram iniciadas.

– Esses programas federais são propostas midiáticas que, na maioria das vezes, não possuem condições, até de tempo, de serem executadas – disse.

A CI também aprovou requerimento do presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL), para realização de audiência sobre o programa Minha Casa, Minha Vida. Serão convidados



No Pará, só uma das obras previstas está sendo concluída, diz Flexa Ribeiro

o vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Herada, e a secretária de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães.

Senadores cobram conclusão de porto no Piauí

Mesmo diante da notícia do ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito do Nascimento, de que as obras do Porto de Luís Correia, no Piauí, serão incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Mão Santa (PMDB-PI) manifestaram indignação pela demora na conclusão do porto. Em audiência na Comissão de Infraestrutura, os senadores explicaram que o estado é o único do país que não possui um porto em sua costa.

Heráclito perguntou sobre a possibilidade de não cumprimento de contratos pelas empresas responsáveis pelas obras. O ministro respondeu ter notícias de que os contratos haviam sido rescindidos pelo governo do estado.



Collor (E), presidente da CI, e Pedro Brito, em audiência sobre o Porto de Luís Correia

Pedro Brito disse que as obras do porto, orçadas em R\$ 474 milhões, já receberam investimentos de R\$ 390 milhões, têm R\$ 12 milhões assegurados por convênio e ainda precisam de R\$ 70 milhões para serem concluídas, valores previstos no PAC.

Mão Santa afirmou que o custo do transporte e do frete no Piauí é o mais alto do Brasil, e as atividades de pesca e de turismo também sofrem pela ausência do porto. O ex-senador Elói Portela lembrou as grandes dificuldades que o projeto enfrenta.

HOMENAGEM



Zambiasi quer brigadas em mais municípios

Ao registrar a comemoração, no dia 2 de julho, do Dia do Bombeiro, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse que solicitou à Consultoria Legislativa um estudo sobre a viabilidade de uma legislação federal que estabeleça regras sobre a implantação de corpos de bombeiros ou brigadas militares nos municípios. Hoje, das 5.564 cidades do país, apenas 655 dispõem desse tipo de corporação. O senador quer mais localidades atendidas.

Zambiasi ainda elogiou o programa Bombeiro Mirim, no Rio Grande do Sul, que busca socializar a criança e o jovem de baixa renda.



Mozarildo comemora o Dia dos Bombeiros

Por ocasião da passagem do Dia dos Bombeiros, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ressaltou “a confiabilidade e o amor ao trabalho que esses profissionais devotam à sociedade em todo o Brasil”. O parlamentar fez um breve histórico da instituição, cujos primórdios remontam a um decreto de julho de 1852 editado por dom Pedro II, que regulamentou o Serviço de Extinção de Incêndios.

A data comemorativa foi fixada em 1954. Mozarildo também elogiou o Corpo de Bombeiros de Roraima, que se emancipou da Polícia Militar em 2001.

Genaldino Magalhães

Genaldino Magalhães

Marcia Kallume

Genaldino Magalhães

José Cruz

Ministro da Publicidade chinês quer aprofundar relações com o Brasil

Reforçar os laços de amizade e o relacionamento comercial e cultural entre o Brasil e a China. Esse foi o tema do encontro entre o presidente do Senado, José Sarney, e o membro do Birô Político e ministro de Publicidade do Comitê Central do Partido Comunista da China, Liu Yunshan.

Durante a audiência realizada ontem, Sarney lembrou sua visita à China em 1988, quando, então presidente do Brasil, defendeu junto ao chefe do Poder Executivo daquele país

na época, Deng Xiaoping, o estreitamento das relações entre os dois países.

– Hoje vejo com grande satisfação que o Brasil tem a China como um grande parceiro mundial e temos a intenção de estreitar cada vez mais esse relacionamento – afirmou a Liu Yunshan.

Sarney parabenizou o governo chinês pela maneira como o país está enfrentando a crise internacional e ressaltou que o Brasil, embora esteja sentindo os reflexos da crise financeira,

também “a está enfrentando sem grandes abalos na economia”.

Liu Yunshan lembrou a Sarney que Brasil e China, por terem posição similar em relação a assuntos internacionais, estão se aproximando cada vez mais com o objetivo de enfrentar os abalos mundiais.

– O Brasil tem recursos naturais muito ricos e tecnologia avançada. Vamos fazer um esforço para aumentar ainda mais nossas relações bilaterais – concluiu Liu Yunshan.



Liu Yunshan (E) salienta importância da visita de José Sarney à China em 1988

Jane Araújo

Senadores repudiam golpe de Estado em Honduras

Senado aprovou votos de censura ao movimento que depôs presidente do país centro-americano, considerado “inaceitável” por Mercadante e “retrógrado” por Arthur Virgílio

O PLENÁRIO APROVOU ontem moções de censura e repúdio dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Pedro Simon (PMDB-RS) ao golpe de Estado que derrubou o presidente de Honduras, Manuel Zelaya. Por meio do requerimento de Mercadante, os parlamentares manifestam a sua convicção de que o povo hondurenho “saberá reencontrar o caminho da paz, da conciliação e da democracia”. O senador considerou inaceitável o golpe em Honduras, afirmando que “esse não é um bom caminho”.

– A solução não pode ser um golpe militar, um atentado à democracia. Por isso, temos de ser muito firmes na defesa, na Organização dos Estados Americanos, da cláusula democrática e expressarmos de imediato a posição do Senado – disse.

Mercadante apontou os avanços alcançados pelo Brasil em seu

República de Honduras

O segundo maior país da América Central é uma das nações mais pobres do continente

Área: 112.088km²
População: 7,8 milhões
Capital: Tegucigalpa
Idioma: Espanhol
Moeda: Lempira
PIB: US\$ 13,78 bilhões

Fonte: CIA World Factbook

sistema político representativo, assinalando que o presidente da República está mostrando o valor da alternância de poder ao afirmar que não quer o terceiro mandato.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) tachou de retrógrado o movimento golpista em Honduras.

– Cada país tem seu estágio, seu nível de aperfeiçoamento

da democracia. O que tem que haver é algo para a frente, na direção do futuro. O golpe é algo para trás, na direção do pior passado do qual temos que nos livrar. Não podemos tolerar ações golpistas na América Latina – afirmou Arthur Virgílio.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também condenaram o golpe de Estado em Honduras.

CRE espera retorno de hondurenhos à democracia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem moção de repúdio ao golpe de Estado que derrubou o presidente de Honduras, Manuel Zelaya. Por meio do documento, os integrantes do colegiado manifestam ainda sua convicção de que o povo hondurenho “saberá reencontrar o caminho da paz, da conciliação e da democracia”.

Na justificativa de seu requerimento, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) diz que o

“anacrônico e absurdo” golpe de Estado ocorrido em Honduras “se constituiu em uma grave afronta a todas as democracias da América Latina”, região que, como destacou, vem consolidando seus regimes democráticos. Ele pede aos governos latino-americanos para não reconhecer o “ilegítimo” governo surgido naquele país após o golpe.

O relator do requerimento, Eduardo Suplicy (PT-SP), observou que nenhum país havia

reconhecido o governo que se instalou em Honduras depois do golpe. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que presidiu a reunião, lamentou que o “fantasma” dos golpes de Estado tenha voltado a assustar a região.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que morou por dois anos em Honduras, defendeu a busca de uma solução negociada para devolver o poder a Zelaya, que teria de se comprometer a apenas concluir o seu mandato e não disputar a reeleição.

Governo brasileiro prefere o diálogo com Irã, diz embaixador

O governo brasileiro não propôs o isolamento político do Irã por causa da reação do governo iraniano às manifestações de protesto pelo resultado das eleições naquele país, disse ontem o subsecretário político do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Roberto Jaguaribe. Ao contrário, informou, optará por estimular a busca do entendimento e da conciliação.

– Uma solução de engajamento e de diálogo é altamente preferível a uma de confronto e isolamento, que tende a radicalizar posições – afirmou Jaguaribe durante audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Jaguaribe lembrou que o próprio governo do Irã reconheceu a existência de “incorrecções” no processo eleitoral que levou à reeleição do presidente Mahmoud Ahmadinejad. Mas o secretário observou que consultas feitas junto a países vizinhos já apontavam para o resultado anunciado do pleito. Em sua opinião, a eleição presidencial demonstrou a “existência de fato de uma disputa real” de poder no Irã.

O diplomata informou que o comércio com o Irã, de quase US\$ 2 bilhões anuais, é praticamente uma via de mão única, pois o Brasil exporta diversos produtos – como carne, milho e soja – e não importa praticamente nada. Disse ainda que o governo brasileiro considera o país um “parceiro necessário e importante” no Oriente Médio, com o qual mantém relações diplomáticas desde 1903.

Também convidado para a audiência, o secretário-geral de ações para comunidade e governo da Comunidade Bahá’í do Brasil, Iradj Roberto Eghrari,

considerou “desproporcional” a reação do governo do Irã às manifestações de rua em protesto contra o resultado das eleições. Filho de iranianos que chegaram ao Brasil na década de 1950, Eghrari fez um duro ataque ao governo iraniano na questão dos direitos humanos.

Segundo o secretário, ainda são comuns no Irã ações como apedrejamento e tortura. Além disso, relatou, o país é o segundo no mundo em casos de penas de morte, inclusive de adolescentes. Uma menina de 17 anos, como informou, teria sido enforcada apenas por haver dado aulas sobre a fé Bahá’í – que teria 350 mil seguidores no Irã e 65 mil no Brasil – a crianças iranianas. Eghrari pediu apoio do Brasil na tentativa de evitar que sejam condenados à morte sete líderes Bahá’í atualmente presos naquele país, cujo julgamento está previsto para 11 de julho.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu que

o julgamento seja realizado de “forma transparente”, com a presença de observadores internacionais. Após lembrar que a comissão acabara de apoiar uma moção contra o golpe em Honduras, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que não estava de acordo com as violações de direitos humanos no Irã.

Por sua vez, Paulo Duque (PMDB-RJ) perguntou ao representante do governo brasileiro presente ao debate se o Irã já detinha a bomba atômica. Jaguaribe respondeu que o país realmente tem um programa nuclear, mas considerou “subjetivo” o debate a respeito da disposição iraniana de fabricar armas nucleares.

Representante da fé Bahá’í denuncia violações de direitos humanos no país islâmico

João Pedro: novo regime adota medidas de exceção



Senador defende a recondução do presidente Zelaya ao cargo

João Pedro (PT-AM) denunciou, em Plenário, que, “após o golpe, Honduras vive agora sob um AI-5”, referindo-se ao Ato Institucional 5, editado pelo regime militar brasileiro em 1968. Ele informou que o novo regime hondurenho adotou medidas de exceção, como a proibição de manifestações públicas e a prisão de pessoas sem acusação legal.

O senador defendeu a moção do Senado de repúdio ao golpe

e considerou positiva a condenação, pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, da deposição do presidente Manuel Zelaya. João Pedro também elogiou a decisão do governo brasileiro de condenar o golpe.

– Devemos exigir que o presidente constitucional, Manuel Zelaya, seja reconduzido imediatamente e de forma incondicional ao cargo – afirmou.



Jaguaribe (E), senador Mesquita Júnior e Eghrari participam de audiência na CRE

Miriana Kallumbe